

CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS – CNRH

36ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Brasília
07 e 08/12/2016

Proposta de Resolução – CTPOAR

Estabelece **diretrizes e critérios gerais** para definição de derivações e captações de recursos hídricos superficiais e subterrâneos, lançamentos de efluentes em corpos de água e acumulações de volumes de água de pouca expressão, considerados insignificantes, os quais independem de outorga de direito de uso de recursos hídricos, e dá outras providências.

Histórico

- 87ª Reunião da CTPOAR (30 e 01/12/2011) – discussão sobre a estrutura da proposta de Resolução
- 88ª Reunião da CTPOAR (06 e 07/03/2012) – início da discussão da proposta de Resolução
- 97ª Reunião da CTPOAR (09 e 10/12/2013) – conclusão da proposta de Resolução
- 131ª Reunião da CTIL (16/04/2014) – avaliação e encaminhamento para deliberação do CNRH

Histórico

- XXXI Reunião Ordinária do CNRH (09 e 10/06/2014) – encaminhamento da proposta à CTPOAR para alguns ajustes finais
- 103ª Reunião da CTPOAR (20 e 21/10/2014) – apreciação e conclusão da proposta de Resolução
- 134ª Reunião da CTIL (25/02/2015) – apreciação da proposta de Resolução

Histórico

- XXXVIII Reunião Ordinária do CNRH (29/06/2015) – novos questionamentos e encaminhamento da proposta à CTPOAR para ajustes finais
- 105ª à 108ª Reunião da CTPOAR – revisão da proposta de Resolução, consultando **diretamente os segmentos** que apresentaram questionamentos durante a XXXIII Plenária do CNRH
- 108ª Reunião da CTPOAR – finalização da proposta de Resolução em 21 e 22/10/2015, **com ampla participação dos diferentes segmentos membros**

Histórico

- Na XXXVIII Reunião Extraordinária do CNRH (09/12/2015), a matéria foi objeto de pedido de vista por parte de representante do CERH-PB e de representante das Organizações Não Governamentais.
- Na XXXV Reunião Ordinária do CNRH (29/06/2016), os pareceres dos pedidos de vista foram apreciados e a proposta foi novamente devolvida à CTPOAR.

Pedidos de Vista

- No parecer do pedido de vista do representante do **CERH-PB** foi recomendada a retirada do termo “acumulações” da proposta de Resolução, bem como a retirada da obrigatoriedade do cadastramento de usos considerados de pouca expressão, isentos de outorga.

Pedidos de Vista

- No parecer do representante da **Sociedade Civil** foi solicitada a consideração do efeito cumulativo de todos os usos insignificantes de um mesmo empreendimento em um corpo hídrico e da somatória dos usos insignificantes e dos usos sujeitos a outorga no balanço hídrico para fins de controle do comprometimento hídrico na bacia.

Histórico

- A CTPOAR, durante a sua 111ª Reunião (23 e 24/08/2016) analisou as recomendações contidas nos pareceres dos pedidos de vista, realizando novos ajustes e concluindo seus trabalhos sobre a matéria.

Histórico

- Motivação da proposta de Resolução:
 - Demanda dos órgãos gestores estaduais em oficinas regionais do Plano Nacional de Recursos Hídricos, para aperfeiçoamento de suas normas.

CONSIDERANDOS

- Nos considerandos, destaca-se que a **Lei nº 9.433/97**, em seu art. 12, § 1º, incisos II e III, prevê a possibilidade de haver derivações, captações, lançamentos e acumulações considerados insignificantes, que independem de outorga de direito de uso de recursos hídricos.
- Ainda nos considerandos, destaque para definição de competência (art. 38, inciso V da **Lei 9.433/97**; art. 5º, Parágrafo Único da Resolução **CNRH 16/2001**) para estabelecimento de acumulações, derivações, captações e lançamentos de pouca expressão.

PARECER – CERH-PB

- Foi retirada dos considerados a menção à Política Nacional de Segurança de Barragens – **PNSB**, uma vez que esta proposta de Resolução não está vinculada à Lei 12334/2010, que institui a PNSB.
- No entanto, ressalta-se que uma possível classificação de uma acumulação como **insignificante** não desobriga o empreendedor de atender ao disposto na referida Lei.

PARECECER— SOCIEDADE CIVIL

- Em caso de haver usos insignificantes nas regiões de influência de grandes empreendimentos potencialmente impactantes nos recursos hídricos, **cabe ao Poder público** promover e apoiar tecnicamente o cadastramento das derivações, captações, lançamentos e acumulações de pouca expressão, considerados insignificantes.

PARECER— SOCIEDADE CIVIL

- A CTPOAR concluiu que a competência do Poder Público para cadastrar ou emitir outorga sem solicitação do usuário (forma impositiva) não deve ser matéria disciplinada por norma do CNRH.

Características da Proposta de Resolução

- Definição de competência.
- Consideração sobre características hidrológicas da bacia.
- Possibilidade de adoção de percentuais da disponibilidade hídrica como limites individuais e coletivos para vazões e acumulações de pouca expressão, consideradas insignificantes.

Características da Proposta de Resolução

- Consideração sobre vazões de diluição de cargas de P e N contidas em efluentes lançados em corpos hídricos eutrofizados.
- Consideração sobre o somatório de todas as vazões e acumulações de um mesmo empreendimento, em um mesmo corpo hídrico, para aplicação dos critérios específicos.

Características da Proposta de Resolução

- Consideração sobre o limite percentual de comprometimento referente a todos os usos, outorgáveis ou que independam de outorga.
- Consideração sobre corpos hídricos definidos como críticos, quanto à demanda ou disponibilidade hídrica.
- Consideração sobre usos de recursos hídricos de curta duração.

Características da Proposta de Resolução

- Quanto à necessidade de **cadastramento** dos usos de pouca expressão (art. 21 da Resolução CNRH 16/2001), procurou-se sinalizar na proposta de Resolução que esse cadastramento dar-se-á com o propósito de promover sua regularização, dando uma consequência prática ao cadastro.
- Abre-se a possibilidade, também, desse cadastro ser obtido por **métodos indiretos**, como imagens de satélite, cadastro de consumo de energia elétrica, e outros.

Características da Proposta de Resolução

- Aplicação das normas relativas a fiscalização e isenção da cobrança pelo uso de recursos hídricos.

Conclusão

- Após apreciação dos pedidos de vista, a CTPOAR conclui:
 - Pela manutenção do termo “acumulações” como possibilidade de interferência insignificante, sem prejuízo para a PNSB;
 - Pela manutenção do cadastramento de usos de pouca expressão, de acordo com a Resol. CNRH 16/2001, com a possibilidade de utilização de métodos indiretos.

Conclusão

- As solicitações de representante da Sociedade Civil estão contempladas nos art. 6º e 7º da proposta de Resolução.
- A competência do Poder Público para emitir a outorga ou cadastro de uso dos recursos hídricos sem a solicitação do usuário, ou seja, de forma impositiva, não deve ser matéria disciplinada em norma do Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH.

Conclusão

- A aprovação desta proposta de Resolução trará benefícios ao SINGREH:
- ✓ Atende a uma demanda dos órgãos gestores estaduais.
- ✓ Propicia o aprimoramento de normativos já existentes.
- ✓ Promove a regularização desburocratizada de usuários de recursos hídricos que independem de outorga.

Câmara Técnica de Integração de Procedimentos, Ações de Outorga e Ações Reguladora - CTPOAR